

crescimento de 3.450% em relação ao governo anterior. Lançamos também o SinPatinhas, que já identificou mais de 1,1 milhão de cães e gatos em 97% dos municípios brasileiros. Em 2026, sancionamos a Lei AMAR, voltada à proteção de animais em emergências e desastres, editamos o decreto “Justiça por Orelha”, que elevou as multas por maus-tratos a até R\$ 1 milhão.

No campo da mudança climática, o Brasil voltou a planejar com ambição e base institucional. A nova NDC, entregue em Baku durante a COP29, estabeleceu uma meta de redução de 59% a 67% das emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035, em relação a 2005. O Plano Clima passou a orientar a política climática brasileira até 2035, com 8 planos de mitigação, 16 planos de adaptação e 5 estratégias transversais para ação climática. O AdaptaCidades lançou estratégia para 581 cidades, alcançando mais de 50 milhões de pessoas. Ainda em 2024, o país aprovou e submeteu à ONU seu Primeiro Relatório Nacional Bienal de Transparência. Promovemos uma das principais reformas da política climática nacional ao instituir o mercado regulado de carbono, com a lei que criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Na COP30, o Brasil assumiu a liderança pelo exemplo. O Pacote de Belém reuniu 29 decisões aprovadas por consenso, incluindo avanços em transição justa, financiamento da adaptação, comércio, gênero e tecnologia. O Roteiro Baku-Belém definiu a missão de US\$ 1,3 trilhão para financiamento climático. O Balanço Ético Global – iniciativa liderada pelo Presidente Lula e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres – mobilizou 128 lideranças nos seis continentes e atores sociais em 49 países.

No financiamento climático, houve grande mudança de escala. O Fundo Clima e o Eco Invest mobilizaram R\$ 179 bilhões desde 2023. Só o Fundo Clima, que saiu de uma média anual de R\$ 400 milhões até 2022, mobilizou R\$ 52,4 bilhões desde 2023 e R\$ 34,6 bilhões apenas em 2025. A esses se somam o Fundo Amazônia, a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que juntos contam com cerca de R\$ 350 bilhões, motor para viabilizarmos um novo ciclo de prosperidade que combina conservação e desenvolvimento sustentável. O TFFF lançado na COP30, em Belém, consagrou a liderança do Brasil na construção de soluções multilaterais para desafios globais.



DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

1. Fortalecer a Democracia, a Participação Social e Modernizar o Estado

A democracia deve ser, de fato, o sistema político que representa o povo, assegura uma vida livre e digna e promove o combate às desigualdades. A reforma política e eleitoral é inadiável para superar a dissociação entre a representação política e a composição real da sociedade brasileira, para fortalecer a democracia brasileira, e recuperar a confiança da sociedade no sistema político. Uma das dimensões importantes de fortalecimento de nossa democracia é a relação entre os poderes da República e entre os entes da Federação. Nosso compromisso é manter diálogo permanente, respeitoso e construtivo em torno dos interesses nacionais.

Consistente com o compromisso com a democracia participativa, o atual mandato do Presidente Lula recriou os conselhos de políticas públicas, retomou as conferências nacionais – foram realizadas 28 conferências desde 2023 – e instituiu o Sistema de Participação Social.

Vamos aprofundar a participação. o controle social nas políticas públicas e continuaremos realizando conferências para implantar e aprimorar políticas e programas sob responsabilidade federal.

Construímos, na atual gestão, o PPA mais participativo da história, com plenárias em todos os estados e municípios e mais de 1,4 milhão de participantes na plataforma Brasil Participativo. Reforçamos a utilização no orçamento de marcadores que permitem acompanhar gastos relacionados a cada uma das agendas transversais do PPA 2024-2027 (mulheres; meio ambiente; igualdade racial; povos indígenas; crianças e adolescentes). Queremos que o PPA 2028-2031 seja ainda mais participativo e que o ciclo orçamentário federal brasileiro também seja objeto de participação social.

Propomos ainda enfrentar uma grave distorção na elaboração e gestão do orçamento federal – o atual sistema de emendas parlamentares. No orçamento de 2026, as emendas somaram R\$ 50 bilhões, consumindo aproximadamente um quinto dos recursos discricionários do Poder Executivo. As emendas impositivas

beneficiem famílias com regularização fundiária dos imóveis em que já residem ou sejam convertidos em equipamentos de saúde, educação, assistência social, entre outros. Além disso, criamos o Fundo Imobiliário da União, para tornar a gestão do patrimônio público mais eficiente e colocar esses ativos a serviço do desenvolvimento dos territórios.

Para superar a desigualdade na capacidade dos estados e municípios de prestar melhores serviços à população, buscaremos fortalecer ainda mais a cooperação e a governança federativa, por meio de instrumentos como compartilhamento de infraestrutura pública digital, formação de servidores e elaboração de estratégias nacionais. Como já fizemos na atual gestão, esta cooperação persistirá, orientada pelo princípio republicano.

Vamos dar sequência às medidas de controle e integridade da administração pública e ao combate à corrupção. O Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 representa um avanço institucional que será aprofundado, fortalecendo a prevenção, a investigação e a responsabilização de corruptos e corruptores, inclusive os do andar de cima, com pleno respeito à independência das instituições.

Persistiremos, como no atual mandato, aprimorando as políticas e medidas de transparência. O Portal da Transparência receberá investimentos para evoluir para uma plataforma inteligente baseada em dados abertos e inteligência artificial. Fortaleceremos ainda mais organismos como a Ouvidoria-Geral da União e as consultas públicas, em laboratórios de inovação cívica, consultas digitais, uso de inteligência artificial, observatórios temáticos, fortalecendo uma nova cultura democrática baseada na participação da sociedade no combate à corrupção.

2. Combater as desigualdades

O combate às desigualdades requer justiça tributária, fortalecimento do Estado de bem-estar social, valorização do salário-mínimo, inclusão produtiva, educação, saúde, programas eficientes de transferência de renda. Por isso, devemos manter, aperfeiçoar e ampliar as políticas de proteção social para quem mais necessita.



ampliar a oferta, interiorizar as malhas de transporte e distribuição e fortalecer a integração gasífera sul-americana.

Entendemos que a Petrobras continuará ampliando investimentos em exploração onshore e offshore, para recuperar participação no controle de reservas nacionais, e deverá expandir investimentos em revitalização de campos maduros. As novas reservas serão exploradas com cuidados socioambientais ainda maiores e visão estratégica. A Petrobras deverá retornar ao segmento de distribuição de combustíveis, expandindo sua capacidade de refino e ampliando a atuação da Transpetro para logística de GNL.

Defendemos ainda que a Petrobras continue também a orientar para a transição energética, alinhados ao Acordo de Paris e NDC brasileira, com investimentos em fontes de baixo carbono e redução efetiva de emissões operacionais. Vamos readequar o marco legal do REPETRO às necessidades de descarbonização. Asseguraremos que os investimentos da Petrobras continuem estimulando a indústria naval, com reafirmação de regras de conteúdo local.

O setor de biocombustíveis avançou para uma nova fase no Brasil, com financiamento de mais de R\$ 13 bilhões entre 2023 e 2025, o que representa mais de 200% comparado ao governo anterior. O fato de o Brasil ter cada vez mais biocombustível sendo produzido de forma sustentável tem tornado o país o grande hub de desenvolvimento de motores flex, híbrido flex do setor automotivo no mundo. Várias empresas têm transferido seus centros de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

A Lei do Combustível do Futuro criou condições para ampliar a presença do etanol, biodiesel, biometano, SAF, diesel verde, combustíveis sintéticos e captura/armazenamento de carbono. O Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono instituiu a política nacional, Rehidro e PHBC, com diretrizes de neutralidade tecnológica, segurança jurídica, financiamento, inovação para a inserção competitiva do hidrogênio na matriz brasileira. O Marco Legal das Eólicas Offshore criou regras para cessão de uso de áreas da União e exploração de energia eólica no mar.

estudantes de graduação que declaram cor ou raça, 45,5% identificam-se como pretos, pardos ou indígenas, e três em cada quatro ingressantes vêm da escola pública. Neste mandato, a política de cotas foi aperfeiçoada, com a inclusão de reserva para quilombolas.

Vamos acelerar a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Implantamos o primeiro campus quilombo dos Institutos Federais, em Minas Nova, e teremos outros mais.

Temos orgulho da retomada do processo de titulação de territórios quilombolas, que permitiu, desde 2023, a expedição de 65 titulações e assinatura de 72 decretos de desapropriação por interesse social, recorde histórico. Vamos dar continuidade a este processo de reconhecimento do direito ao território, buscando acelerar os procedimentos e garantir que sejam acompanhados de políticas de desenvolvimento territorial.

A criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas retomou o compromisso do Estado com os povos indígenas. Homologamos 20 novas terras indígenas, somando cerca de 3,2 milhões de hectares de terras protegidas em 11 estados. Publicamos 21 Portarias declaratórias terras indígenas. Realizamos desintrusão em 9 terras, retirando invasores e asseguro o usufruto dos povos indígenas. Na terra Yanomami enfrentamos a emergência em saúde e combatemos o garimpo ilegal, que foi reduzido em 99%.

Reafirmamos igualmente o compromisso com a proteção dos povos indígenas, de seus territórios, culturas e modos de vida. Persistiremos, garantindo proteção a seus territórios, com ações para demarcação e desintrusão de terras sempre que necessárias. Persistiremos, assegurando que as políticas de educação escolar indígena estejam fundamentadas no respeito à autonomia dos povos indígenas, na interculturalidade, no multilinguismo e nas formas próprias de produção e difusão de conhecimentos. Vamos implantar plenamente a Universidade Indígena, criada em 2026. Manteremos nossos esforços para a elevação da qualidade de vida e da preservação dos direitos de todos os povos, com atenção especial aos yanomamis, submetidos na gestão anterior a um verdadeiro genocídio, cuja



Os projetos de transmissão já contratados somam 21.847 quilômetros, o que ampliará em 18% a malha nacional, reforçando a segurança energética e a integração do território brasileiro. Entre as obras mais emblemáticas destaca-se a Linha de Transmissão Graça Aranha (MA) – Silvânia (GO), um dos maiores projetos de transmissão em execução no mundo. Também merece destaque a conclusão da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista, que integrou Roraima ao Sistema Interligado Nacional, eliminando uma vulnerabilidade histórica do abastecimento elétrico da região.

O combate à pobreza energética se deu por meio do Luz do Povo, que reviu a política de Tarifa Social de energia, e ampliou a gratuidade da conta de luz para famílias do Cadastro Único com consumo até 80 kWh/mês, com alcance de mais de 60 milhões de pessoas.

O Luz para Todos foi recolocado como política de combate à pobreza energética, com foco em áreas rurais e Amazônia Legal, usando fontes limpas e renováveis.

A promoção da resiliência do sistema energético frente às mudanças climáticas constitui prioridade estratégica, exigindo a incorporação de riscos climáticos como variável obrigatória no planejamento. Será fundamental expandir de forma coordenada e integrada a transmissão, a geração e o desenvolvimento regional, incentivando o aumento da demanda industrial em outras regiões de modo a reduzir restrições operativas e aumentar o aproveitamento dos recursos renováveis.

Vamos seguir expandindo a geração hidrelétrica por critérios socioambientais, de segurança energética e flexibilidade do sistema à integração das renováveis e acelerar a redução da produção de carvão. No caso das hidrelétricas, seguiremos buscando soluções para a repotenciação do parque existente.

Daremos continuidade aos leilões de transmissão e vamos abrir uma nova fronteira de investimentos em baterias para melhorar a oferta de energia e a robustez do sistema.

Um debate importante a ser promovido no próximo período refere-se ao barateamento da energia elétrica para os consumidores residenciais e as

empreendedorismo feminino; de apoio à participação das mulheres na ciência e na pesquisa.

Envelhecer é uma conquista civilizatória e não deve ser encarada como um problema. A população brasileira com mais de 60 anos cresce rapidamente. Cabe ao Estado se preparar para o futuro e garantir que todas as pessoas possam envelhecer com dignidade, autonomia e acesso ao cuidado.

No próximo mandato, intensificaremos tanto as ações de promoção da autonomia das pessoas idosas, voltadas para aquelas pessoas com baixo grau de dependência, quanto medidas centradas na garantia do cuidado para aquelas pessoas com maior dependência.

As estratégias de atendimento serão organizadas a partir de dois eixos. Um centrado no fomento a serviços de atendimento com foco em saúde, lazer, convivência, esporte, assistência social e proteção contra violações de direitos humanos e maus tratos. O outro para atendimento domiciliar, de 'porta em porta', em que o Estado vai até pessoas idosas com dificuldades de locomoção ou que vivam em regiões distantes da rede de proteção social.

Vamos ampliar o apoio aos municípios para expandir e qualificar a rede de atendimento dos Centros-Dia e outros equipamentos para promoção do envelhecimento saudável e ativo, como academias públicas, praças, espaços de leitura, entre outros.

Seguiremos apoiando a ampliação das vagas públicas em Instituições de Longa Permanência - ILPIS e aperfeiçoando os mecanismos de fiscalização desses estabelecimentos para garantir condições adequadas de funcionamento e identificar eventuais casos de violações de direitos humanos e maus tratos.

O Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso - PADI Brasil, voltado ao atendimento domiciliar multiprofissional às pessoas idosas com limitações funcionais, condições crônicas e fragilidades clínicas, já está implantado em 2.655 municípios. Vamos dar escala a esse programa do SUS para que idosos tenham acesso a esse direito em todo território nacional.



Continuaremos ampliando e fortalecendo a produção de biocombustíveis, como etanol de milho e cana, biodiesel e combustível sustentável de aviação (SAF). Fomentaremos o aproveitamento de subprodutos da agroindústria para a geração de bioenergia e biogás, fortalecendo a bioeconomia e a integração sustentável entre a produção de alimentos, fibras e energia.

Os conflitos internacionais evidenciaram a importância da autossuficiência em fertilizantes. Por isso a Petrobras retomou a produção com 3 unidades em Sergipe, Bahia, Paraná e as obras da unidade do Mato Grosso do Sul foram reiniciadas. No próximo governo, seguiremos acelerando a produção nacional de fertilizantes.

Queremos um país que garanta segurança alimentar, fortaleça sua produção agropecuária e agroindustrial, agregue valor às exportações, preserve o meio ambiente e assegure alimentos de qualidade a preços acessíveis. Um Brasil competitivo, inovador e sustentável, capaz de produzir riqueza, combater a fome e ampliar sua presença nos mercados internacionais.

10. Ampliar a Segurança Energética e liderar a transição para uma economia de baixo carbono

Neste governo, fortalecemos a governança integrada do setor energético, ampliando a coordenação das políticas de energia elétrica, petróleo, gás, biocombustíveis e hidrogênio verde em torno de uma estratégia nacional coerente de longo prazo em direção à transição energética justa.

Criamos a Política Nacional de Transição Energética (PNTE) para orientar a transformação da matriz energética rumo a uma estrutura que combine oferta estável, redução de emissões e desenvolvimento econômico e socioambiental.

O governo avançou na modernização do setor elétrico, conciliando expansão da infraestrutura, segurança energética, competitividade e modicidade tarifária. Houve forte expansão das fontes solar e eólica na geração elétrica. Retomou os investimentos em petróleo e gás. Fortaleceu o papel do gás natural e do biometano e estimulou fortemente a produção e o desenvolvimento de biocombustíveis rumo à necessária transição energética justa.

reconhece o cuidado como um direito universal (a receber cuidados, a cuidar e ao autocuidado), a ser garantido pelo Estado, por meio da corresponsabilização social e entre homens e mulheres pela sua provisão.

Começamos a implementar as ações no âmbito desta política, que, no novo mandato, serão fortalecidas, e ganharão escala e sustentabilidade. Apoiaremos as Cuidotecas, espaços de acolhida de crianças de 3 a 12 anos, que liberam o tempo das mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças. Fomentaremos a construção de infraestruturas que ampliam os cuidados indiretos e comunitários, como as lavanderias públicas, as cozinhas solidárias e os restaurantes populares. Vamos instituir um programa visando a capacitação de cuidadores com currículos inclusivos, para fazer frente à potencialmente forte expansão da demanda por estes trabalhadores.

Queremos um país que enfrente as desigualdades por meio da justiça tributária, da valorização do trabalho, da proteção social e da universalização do acesso à educação, à saúde, à renda e aos demais direitos fundamentais. Um país em que todas as pessoas, independentemente de origem, raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, crença ou condição social, possam desenvolver plenamente seu potencial e viver com dignidade. Um Brasil comprometido com a dignidade humana, democrático e inclusivo, que combata todas as formas de discriminação e assegure os direitos das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e quilombolas, da população LGBTQIAP+, das pessoas com deficiência, dos povos do campo, das águas e das florestas, com amplo respeito às liberdades e aos direitos humanos.

3. Proteger a vida com uma segurança pública mais eficiente e integrada

A segurança é um direito de toda brasileira e de todo brasileiro e uma responsabilidade do Estado. O compromisso do governo Lula é proteger a vida, garantir a cidadania e assegurar a presença do Estado onde a violência e o crime organizado tentam impor o medo e controlar territórios.

A segurança pública é prioridade nacional e exige coordenação federativa, integração de dados, inteligência, prevenção, repressão qualificada e políticas



para nossa população. Já ampliamos para 45% o percentual da alimentação escolar a ser comprada da agricultura familiar. E elevamos para 80% a parcela da alimentação escolar composta por alimentos in natura ou minimamente processados. No próximo mandato, continuaremos apoiando estados e municípios para cumprirem estes percentuais, inclusive por meio de soluções tecnológicas, como a plataforma Contrata+Brasil. Vamos também manter regras de publicidade que evitem a indução do consumo de produtos nocivos à saúde. Ao regulamentar a reforma tributária, vamos, por meio do Imposto Seletivo, desestimular produtos nocivos à saúde.

A agricultura familiar contou, ao longo do atual mandato do Presidente Lula, com políticas consistentes com sua importância para o Brasil. O crédito disponibilizado por meio do Pronaf foi, ano após ano, recorde, e buscou atender às diferentes necessidades da agricultura familiar. No próximo mandato, vamos assegurar que quem alimenta o Brasil continue a ter condições adequadas para produzir e prosperar.

Queremos um país que garanta segurança alimentar, fortaleça sua produção agropecuária e agroindustrial, promova a inclusão produtiva no meio rural, fortaleça a agricultura familiar, agregue valor às exportações, preserve o meio ambiente e assegure alimentos de qualidade a preços acessíveis. Um Brasil competitivo, inovador e sustentável, capaz de produzir riqueza, combater a fome e ampliar sua presença nos mercados internacionais.

Vamos continuar expandindo o Plano Safra da Agricultura Familiar, com juros compatíveis com o perfil do agricultor e tipo de produto, com prioridade para produção de alimentos da cesta básica. Reforçaremos ainda mais as linhas de crédito específicas para agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade, a inovação e a introdução de tecnologias e máquinas adaptadas. Manteremos linhas de crédito diferenciadas para jovens agricultores, promovendo a sucessão familiar e reduzindo o êxodo rural; para mulheres agricultoras, e para cooperativas e associações. Simplificaremos o acesso ao crédito, escalando soluções digitais, como o aplicativo Meu Imóvel Rural, e tornando processos menos burocráticos.

A ampliação do PAA será mantida, priorizando a compra de alimentos frescos e

Infraestrutura Social (FIIS) para estados e municípios realizarem investimentos em equipamentos e infraestrutura.

As medidas de enfrentamento ao crime organizado, contudo, requerem também ações que consolidem a presença do Estado no território. Com repressão qualificada aos grupos criminosos e participação ativa das comunidades locais, priorizaremos investimentos continuados na urbanização de favelas e periferias, na requalificação de espaços públicos e na ampliação do acesso a serviços públicos essenciais para estimular atividades econômicas lícitas e reduzir mercados explorados pelo crime organizado.

Consolidaremos o Sistema de Inteligência de Segurança Pública e Justiça Criminal, modernizaremos o SINESP e a Infoseg e ampliaremos as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs).

A revogação dos decretos editados no governo anterior, que facilitavam o acesso a armas de fogo, foi uma medida acertada. Por isso, manteremos uma política de controle de armas e munições, fundamental para reduzir a violência e fortalecer uma política democrática de segurança pública. Aprimoraremos os mecanismos de rastreabilidade de armas e munições e reforçaremos a capacidade de fiscalização da Polícia Federal e do Exército sobre empresas de segurança privada, defesa pessoal e registros de caçadores, atiradores e colecionadores.

A gestão do sistema prisional é estratégica para o enfrentamento ao crime organizado, a redução da reincidência e a garantia de direitos. Cumpriremos as metas do Plano Pena Justa e instituiremos o Pacto Nacional de Execução Penal para o Enfrentamento ao Crime Organizado, fortalecendo a governança do sistema prisional e a cooperação entre União, estados e sistema de justiça. Seguiremos apoiando Estados para implementar padrões nacionais de gestão, monitoramento e modernização das penitenciárias estaduais.

Fortaleceremos o sistema penitenciário federal, ampliando sua capacidade operacional e de isolamento de lideranças criminosas, e implantaremos um protocolo nacional de classificação e transferência de presos de alta periculosidade, baseado em critérios objetivos e evidências.



10,4 bilhões, maior patamar da história. A Organização Mundial do Turismo abriu um escritório regional no Rio de Janeiro, com foco nas Américas e no Caribe. O Fungetur apoiou mais de 6 mil operações, mobilizando R\$ 2,8 bilhões.

Vamos continuar apoiando o segmento para que o turismo, em seus múltiplos destinos regionais, contribua cada vez mais com o PIB. Atuaremos para desenvolver destinos turísticos assentados na riqueza natural e diversidade cultural. Vamos continuar estimulando a colaboração entre setores criativos (artes, música, gastronomia) e o turismo, criando experiências diferenciadas e atraentes. Buscaremos criar e promover novos roteiros turísticos baseados em temas como gastronomia, arte, cultura e ecoturismo, que atraem nichos de mercado específicos. Avançaremos na promoção internacional do Brasil no exterior.

Micro, pequenas e médias empresas

O Brasil é um país de pequenos negócios. Dada a relevância deste segmento para o desenvolvimento de nosso país, é preciso aprofundar o seu fortalecimento nas políticas e planejamento governamental. Vamos transformar as micro e pequenas empresas em protagonistas da inovação, das exportações e da transição verde, fortalecendo o empreendedorismo feminino.

Durante esse mandato, os programas como o Acredita, o Procred 360, o Desenrola Pequenos Negócios e os mecanismos de garantia, como o FGI PEAC e o FGO, ampliaram as possibilidades de financiamento para esse segmento. O Pronampe já atingiu 1,6 milhão de operações e o Procred 360 outras 211 mil, mobilizando um montante de R\$ 130 bilhões. Criamos a plataforma MEI Conta Com a Gente, que permite o acesso a uma equipe de contadores para orientação inicial gratuita. O Novo Desenrola já contratou 219 mil operações, permitindo renegociação de dívida, reduzindo o montante e os juros e alongando o prazo de pagamento.

No próximo período, vamos simplificar ainda mais o ambiente de negócios, ampliar o acesso das pequenas empresas às compras governamentais, assegurar tratamento tributário justo na implementação da reforma tributária e estimular uma cultura de inovação tecnológica e inserção exportadora.

Consolidaremos uma política migratória humanista e estratégica, assegurando a plena implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA), o acolhimento digno de migrantes e refugiados, o combate à xenofobia e a ampliação do acesso a direitos e serviços públicos.

Uma vez aprovada a PEC da Segurança Pública proposta pelo Executivo, criaremos o Ministério da Segurança Pública para coordenar, em articulação com estados e municípios, a execução das políticas nacionais de segurança pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O Ministério fortalecerá a integração entre os entes federados, a inteligência estatal, o enfrentamento ao crime organizado, a prevenção da violência e a proteção dos direitos civis.

A valorização e a qualificação dos profissionais de segurança pública são fundamentais para fortalecer a atuação policial, assegurar o uso legítimo da força e ampliar a confiança da população nas instituições. Construiremos, junto com os entes federados, programas no modelo de policiamento de proximidade, fortalecendo a relação entre polícias e comunidades. Ampliaremos o programa de estímulos para uso de câmeras corporais, com padrões nacionais para utilização, gestão e preservação das imagens. Estimularemos o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo da atividade policial.

Queremos um país em que todas as pessoas possam viver em paz e segurança, protegidas por instituições fortes, democráticas e comprometidas com os direitos humanos. Um país capaz de combater eficazmente o crime organizado e todas as formas de violência, assegurando a vida, a liberdade, a igualdade e a proteção da população em todo o território nacional.

4. Garantir o Direito à Educação para Transformar Vidas e o País

A educação constitui o principal instrumento de transformação social, mobilidade social intergeracional e de construção de um projeto nacional de desenvolvimento democrático, soberano, sustentável e inclusivo. É por meio dela que um país amplia sua capacidade de produzir e compartilhar conhecimento, reduzir desigualdades, fortalecer a democracia e afirmar sua soberania.

O governo Lula 3 estabeleceu a educação básica como prioridade, atuando em



exigindo eficiência energética, utilização progressiva de fontes 100% renováveis e avaliação de impactos sobre o sistema elétrico, hídrico e populações locais. Além disso, a instalação dos datacenters em solo brasileiro deve prever contrapartidas de conteúdo local e capacidade computacional para o mercado interno.

Vamos desenvolver e sustentar modelos de linguagem em português e outras línguas, voltados aos problemas do País, apoiados numa plataforma nacional de dados para treinamento e avaliação. Junto disso, estabeleceremos regras e infraestrutura para uma economia de dados.

Vamos acelerar a difusão da inteligência artificial no setor produtivo, com foco em agro, saúde e serviços financeiros. Vamos investir em instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento que já desenvolvem IA e na indústria que produz tecnologia de hardware e software de alto desempenho no país. E vamos levar essa transformação digital à pequena empresa e à economia popular.

Também formaremos talentos para consolidar um hub nacional de competências digitais, reforçando a articulação entre polos de inovação, universidades, centros de pesquisa e setor produtivo.

Ao mesmo tempo, avançaremos ainda mais na oferta de conectividade significativa. Vamos reduzir o déficit de fibra óptica que ainda atinge 11% dos municípios e ampliar o 5G no campo, com prioridade para Norte, Nordeste e periferias. Manteremos o uso do FUST, que voltou a operar depois de mais de duas décadas, como instrumentos de apoio a investimentos em conectividade em todo o país.

Vamos consolidar a transparência algorítmica e a rastreabilidade de conteúdo sintético, ancoradas no Centro Nacional de Transparência Algorítmica – porque democracia não convive com decisão automatizada que ninguém pode examinar.

Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento nacional não se realiza pela soma dos crescimentos regionais, mas pela capacidade do Estado de tratar o equilíbrio territorial como critério permanente de suas políticas. Por isso, continuaremos defendendo que a Política

Com recursos do Novo PAC, apoiamos, no atual mandato, estados e municípios na melhoria e expansão de sua infraestrutura de educação básica. Repassamos recursos para a construção de 686 escolas de educação em tempo integral. Na segunda edição do Novo PAC, manteremos o apoio a estados e municípios. Vale lembrar que o governo Lula também retomou obras que estavam paralisadas em governos anteriores – no caso da educação, são 5.967 creches, escolas, quadras esportivas e outros equipamentos que tiveram seus contratos repactuados e voltaram a receber recursos para conclusão.

Também com recursos do Novo PAC, estamos levando internet de qualidade às escolas brasileiras, já tendo alcançado 75% delas com conectividade nos parâmetros adequados. Vamos universalizar este serviço no próximo mandato, garantindo acesso a essa dimensão cada vez mais central para a qualidade da educação.

Aprovamos a nova lei do ensino médio, buscando reequilibrar a formação geral básica e a formação profissional, e criamos o Pé-de-Meia, para enfrentar o desafio da evasão no ensino médio. O programa já beneficiou 7,3 milhões de jovens e mostrou ter impacto sobre os indicadores de permanência e de participação no Enem. Vamos dar continuidade e fortalecer o Pé-de-Meia. Nenhum jovem em situação de pobreza ou vulnerabilidade social no Brasil deve deixar a escola por falta de renda.

Lançamos o MEC Livros e o MEC Idiomas, iniciativas que, ao permitir o acesso via celular, democratizam o acesso a leitura e aprendizagem de inglês e espanhol. No próximo mandato seguiremos ampliando o acervo do MEC Livros e incluindo novas línguas no MEC Idiomas.

Continuaremos exercendo liderança estratégica, apoiando tecnicamente os estados, o Distrito Federal e os municípios para fortalecer a cooperação entre os entes e contribuir com a formação de gestores e equipes técnicas. Avançaremos com o compartilhamento de dados para eficiente execução das políticas educacionais.

Não existe educação de qualidade sem professores qualificados, valorizados e



de longo prazo da logística e suas vertentes rodoviária, ferroviária, hidroviária, aérea e marítima serão importantes instrumentos para tornar a infraestrutura mais integrada, priorizando investimentos com maior potencial de redução das desigualdades e descarbonização.

O Novo PAC alcançou o objetivo de retomar os investimentos públicos e privados em infraestrutura no País. No ano de 2025, alcançamos o recorde de investimento em infraestrutura, R\$ 280 bilhões e devemos fechar 2026 com nova marca ainda maior, R\$ 300 bilhões.

Ao organizar a carteira de investimentos estratégicos, o Novo PAC orientou as expectativas dos agentes públicos e privados e desencadeou um ciclo virtuoso de investimento. Os dados de execução apontam a realização de R\$1,3 trilhão, com empreendimentos que chegaram a 99% dos municípios. Batemos o recorde de concessões, quadruplicando o número de leilões de rodovias em relação ao governo anterior e alcançando 46% de todas as concessões rodoviárias já realizadas no país.

E tudo isso aconteceu articulando os objetivos de industrialização contidos na Nova Indústria Brasil (NIB), no Plano de Transição Ecológica (PTE) e no desenvolvimento regional. Dessa forma, o Novo PAC estimulou a geração de empregos de qualidade, como na indústria naval e na produção de trens, e em setores que colaboram com a sustentabilidade ambiental, como na geração de energia eólica e solar, na garantia de recursos hídricos no Nordeste brasileiro e nos investimentos em saneamento.

A nova edição do Novo PAC manterá a articulação dos investimentos públicos e privados em infraestrutura logística, dando sequência a obras públicas e concessões. Manteremos o ritmo nas concessões rodoviárias e intensificaremos as de ferrovias em duas frentes: leilão de novos projetos e repactuação dos contratos existentes.

Em relação aos aeroportos, tendo em vista que as principais infraestruturas já estão concedidas, daremos continuidade ao fortalecimento dos investimentos em aeroportos regionais e medidas de incentivo a novas rotas aéreas.

A carteira do Novo PAC reúne R\$ 595 bilhões em investimentos em geração e transmissão de energia elétrica petróleo, gás, fertilizantes, indústria naval e refino. Esses investimentos contribuem para segurança energética, para reduzir a dependência externa de combustíveis e fertilizantes e para acelerar o crescimento econômico, reduzir pressões inflacionárias num cenário geopolítico conturbado e gerar empregos qualificados.

No próximo mandato, continuaremos atuando para, em simultâneo, assegurar segurança energética, avançar na transição energética justa e combater a pobreza energética. Com planejamento e coordenação estratégica, o Brasil garantirá a energia necessária a seu desenvolvimento.

Daremos sequência à estratégia de incrementar a participação de fontes renováveis, ampliar os investimentos em armazenamento e flexibilidade do sistema elétrico, e acelerar a substituição progressiva de combustíveis fósseis por biocombustíveis e combustíveis de baixa intensidade de carbono, incluindo derivados de hidrogênio.

A transição energética permitirá avançar no programa de neoindustrialização do País, agregando valor às cadeias de baterias e armazenamento, hidrogênio de baixa emissão, petroquímica verde, bioprodutos, fertilizantes e reatores nucleares modulares. Assim como, continuaremos fomentando a descarbonização do transporte público coletivo com eletrificação de frotas de ônibus e a expansão de trens e metrô.

No segmento de geração de energia elétrica, o Novo PAC impulsionou uma expansão sem precedentes da capacidade instalada do país, com a incorporação de 31.289 MW ao sistema elétrico nacional, volume equivalente a aproximadamente duas usinas de Itaipu. Na transmissão de energia estamos promovendo a maior expansão da rede elétrica brasileira das últimas décadas, mais do que o dobro verificado entre 2019 e 2022

O avanço foi liderado pelas fontes renováveis, que responderam por 80% da nova capacidade instalada, consolidando a posição do Brasil como uma das economias mais limpas do mundo, com 89% de participação de fontes renováveis na matriz elétrica, frente a 31% na OCDE.



reversão dos impactos ainda está em curso. A saúde indígena continuará merecendo atenção diferenciada, com os indígenas tendo participação efetiva em sua gestão.

Enquanto as mulheres continuarem sendo discriminadas e vítimas de violência, o Brasil não será o país que queremos. É preciso ampliar as políticas de proteção às mulheres, combater o machismo, o sexismo e o feminicídio, promover a autonomia econômica, assegurar igualdade de oportunidades e garantir os direitos sexuais e reprodutivos.

O Pacto de Enfrentamento ao Feminicídio permanecerá como guia central de nossa estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres. Com a parceria dos três poderes da República, em menos de seis meses de vigência do pacto, já foram sancionadas dez leis e editados cinco decretos para ampliar a capacidade do Estado de enfrentar a violência contra a mulher. Criamos o Centro Integrado Mulher Segura e aceleramos o tempo para expedição de Medidas Protetivas de Urgência, que caiu de 16 para 3 dias. Em parceria com estados, executamos operações Mulher Segura, com resultados extraordinários.

Vamos dar sequência ao Pacto, ampliando a rede de proteção às mulheres – concluiremos as 30 Casas da Mulher Brasileira e os 15 Centros de Referência da Mulher Brasileira. Ampliaremos as Salas Lilás e vamos adquirir e distribuir aos Estados kits para aprimorar o monitoramento de agressores. Seguiremos fomentando a capacitação das forças de segurança para qualificar o atendimento às mulheres vítimas de violência e a punição aos que infligirem a violência. Queremos também, no próximo mandato, avançar, junto com a sociedade, em medidas que mudem e ampliem, cultural e estruturalmente, o respeito às meninas e mulheres.

A Lei da Igualdade Salarial, que aprovamos em 2023, continuará orientando nossas ações para promoção do trabalho das mulheres. Persistiremos buscando assegurar políticas que apoiem as mulheres em sua inserção no mundo do trabalho, com linhas de crédito mais favorecidas para agricultoras e extrativistas no âmbito do Pronaf; com programas de qualificação específicos, como o Mulheres Mil, que foi retomado no atual mandato: com programas de fomento ao

como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), para aumentar a retenção de água no solo, reduzir o estresse térmico das culturas e do rebanho e fortalecer a gestão do risco climático como fator de competitividade e continuidade da produção.

Daremos especial atenção ao fortalecimento da política de seguro rural. Estabeleceremos diálogo com o setor produtivo para viabilizar um instrumento de mitigação dos efeitos das catástrofes para cobrir perdas sistêmicas decorrentes de quebras severas de safra e para promover a educação em gestão de riscos, integrando o seguro rural a instrumentos de comercialização e proteção financeira.

No atual mandato, foram abertos 656 novos mercados para a produção agrícola e pecuária brasileira, permitindo diversificar destinos para nossos produtos e proteger nosso país e produtores das incertezas geopolíticas. Vamos continuar neste caminho, fortalecendo a diplomacia comercial, promovendo a imagem do agronegócio e reforçando a atuação dos adidos agrícolas em mercados estratégicos, além de ampliar as missões comerciais.

Reafirmamos nosso compromisso em fortalecer a pecuária sustentável. Vamos dar sequência ao ousado programa de recuperação de pastagens degradadas, ampliando a eficiência produtiva e a sustentabilidade da pecuária. Continuaremos apoiando o melhoramento genético do rebanho e a nutrição animal de precisão para reduzir o ciclo de abate e as emissões de gases de efeito estufa por quilo de carne produzida. Os produtores serão apoiados na implementação de sistemas de rastreabilidade individual do rebanho, do nascimento ao abate, para atender às exigências dos mercados internacionais.

Devemos acelerar a modernização da agricultura e da pecuária sustentáveis. A Embrapa será fortalecida para consolidar a liderança do Brasil em tecnologia agropecuária tropical, com investimentos em biotecnologia, edição genômica e cultivares mais resistentes a pragas e secas. Fomentaremos a expansão da conectividade no mundo rural, para elevar a produtividade e facilitar a gestão das propriedades.



Vamos ampliar as parcerias com iniciativa privada para qualificação e contratação de pessoas com mais de 60 anos, assim como medidas de valorização dos saberes das pessoas idosas no mercado de trabalho.

Seguiremos fortalecendo iniciativas de letramento digital buscando ampliar o acesso dos idosos aos serviços públicos digitais e reduzir sua vulnerabilidade a fraudes e crimes cibernéticos.

Lançamos a Política Nacional de Educação Bilingue de surdos estabelecendo as libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua em todo o País. Retomamos e ampliamos o Viver sem Limites que reúne medidas e políticas para assegurar e promover os direitos das pessoas com deficiência. O Novo PAC apoiou 52 Centros Especializados em Reabilitação e 17 Oficinas Ortopédicas.

Manteremos a implementação do Viver sem Limites. Continuaremos promovendo ambientes inclusivos, com a aplicação rigorosa da legislação de acessibilidade. A fiscalização do cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho será fortalecida, ampliando a política de inclusão econômica. A educação inclusiva e a educação bilíngue de surdos continuarão recebendo apoio federal, para ampliar a acessibilidade nas escolas, com tecnologia assistiva como recurso individual, estruturar as redes de serviços, ofertar materiais visando à redução de desigualdades regionais e territoriais e atender estudantes em situação de vulnerabilidade de várias ordens. Na saúde, ampliaremos ainda mais o número de Centros Especializados em Reabilitação e Oficinas Ortopédicas.

Continuaremos a planejar e construir políticas e ações levando em conta as dimensões de gênero, identidade, orientação sexual, étnico-raciais e classe social assim como as demais desigualdades sociais, de modo a garantir capacidade de o Estado atender, de forma adequada, justa e inclusiva, às pessoas LGBTQIAP+ e todas as suas especificidades.

Estamos comprometidos com a proteção das crianças e de suas infâncias, do que são exemplo as medidas que implantamos, como os benefícios especiais do

Bolsa Família para crianças e adolescentes, a proibição de celular nas escolas, os investimentos na construção de creches e pré-escolas por meio do Novo PAC, a expansão da educação em tempo integral, a retomada e fortalecimento do programa de vacinação, e o ECA digital. Continuaremos buscando ampliar e fortalecer as políticas para nossas crianças, por meio do enfrentamento da pobreza infantil, da garantia de acesso às políticas públicas e do direito ao brincar.

O combate à pedofilia continuará prioritário e persistirá sendo executado, envolvendo diferentes esferas governamentais e sociais. Reforçaremos ações de inteligência e justiça para agilizar as investigações e a punição de crimes contra crianças e adolescentes. Não recuaremos um passo sequer na proteção digital de crianças e adolescentes, com aprimoramento do ECA Digital, regulamentação do uso de telas por faixa etária, promoção do uso seguro das tecnologias e regulamentação das plataformas de jogos e dos ambientes digitais.

A juventude brasileira está no centro dos desafios e das disputas que definirão o futuro do país. A persistência das desigualdades e das limitações do desenvolvimento brasileiro impede que a juventude realize plenamente seu potencial e construa perspectivas de futuro compatíveis com suas expectativas e direitos. Estamos comprometidos em ampliar, para os jovens, além de mais oportunidades na educação, o acesso ao lazer, à cultura, ao esporte, ao descanso e às oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Aprimoraremos o Programa Pé-de-Meia, para continuar apoiando a juventude em seu processo educacional. Manteremos os investimentos na rede nacional de cursinhos populares (CPop), de modo a facilitar o acesso da juventude ao ensino superior. Fortaleceremos ainda mais a assistência estudantil, ampliando o acesso à alimentação e à moradia estudantil para os jovens que estão no ensino superior. A política de aprendizagem para o trabalho, aprimorada no atual mandato, receberá atenção adicional, como mecanismo de estímulo à inserção no mundo do trabalho.

Quando colocamos como prioridade o desenvolvimento com geração de emprego decente, ancorado no estímulo a setores ligados às novas tecnologias e à indústria verde e criativa, estamos almejando ampliar oportunidades



renováveis, como solar e eólica. Fortaleceremos políticas de prevenção e combate à violência no campo, assegurando a proteção de quem vive no campo e dos defensores dos direitos humanos e ambientais.

No novo mandato, manteremos nosso compromisso com o fomento à pesca artesanal e à aquicultura familiar, com a implementação das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA). Fortaleceremos a promoção da proteção dos territórios pesqueiros, da sociobiodiversidade e dos modos de vida das comunidades das águas como dimensão estratégica do desenvolvimento nacional.

O agronegócio é fundamental para o desempenho de nossa balança comercial e para a evolução do PIB nacional. Para seu desenvolvimento é necessário políticas que integrem a eficiência produtiva à sustentabilidade ambiental e à inovação tecnológica. Adicionar valor à pauta exportadora é um desafio que precisamos avançar ainda mais, diminuindo de forma relativa a primarização das relações comerciais brasileiras.

No atual mandato, foram batidos recordes de produção de grãos, graças a uma oferta crescente de crédito rural, em condições adequadas à produção agrícola. Continuaremos fortalecendo o crédito rural, ampliando os recursos do Plano Safra e assegurando juros compatíveis com a rentabilidade da atividade agropecuária. Queremos consolidar o crédito como instrumento de modernização, priorizando o financiamento de máquinas, equipamentos, sistemas de irrigação e tecnologias para o aumento da produtividade. Buscaremos também continuar diversificando as fontes de financiamento, estimulando o mercado de capitais e títulos do agronegócio. Haverá medidas para simplificar ainda mais o acesso ao crédito, com processos menos burocráticos e critérios claros.

Frente ao crescente risco associado às mudanças climáticas, buscaremos implementar um programa nacional de resiliência climática no campo, ampliando as áreas irrigadas, promovendo a conservação dos solos, incentivando a agricultura de precisão e o plantio direto, além de modernizar ainda mais o monitoramento meteorológico e os sistemas de alerta precoce para os produtores. Aprimoraremos os instrumentos de fomento a sistemas produtivos integrados,

diversificados da agricultura familiar e da sociobiodiversidade para equipamentos públicos e famílias vulneráveis. Continuaremos ampliando a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Avançaremos no aperfeiçoamento da segurança agropecuária para agroindústrias familiares, facilitando a comercialização interestadual.

Retomamos o programa Mais Alimentos e o acesso da agricultura familiar à mecanização adaptada às pequenas propriedades voltou a receber apoio, estratégia fundamental para elevação da produtividade, que será fortalecida. Frente à maior frequência da ocorrência de eventos climáticos extremos, daremos especial atenção ao fortalecimento do Programa Garantia-Safra e à ampliação do acesso ao seguro rural da agricultura familiar.

A produção sustentável da agricultura familiar será priorizada. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) vai avançar ainda mais. Vamos ampliar o Programa Nacional de Florestas Produtivas e os sistemas agroflorestais. Vamos ampliar o fomento à produção nacional de bioinsumos para reduzir a dependência de fertilizantes químicos importados. Haverá incentivos para os agricultores familiares recuperarem áreas degradadas e conservar nascentes.

O acesso à terra é um tema central para o desenvolvimento rural e para a promoção da paz no campo. Continuaremos a avançar na política de reforma agrária, assentando as famílias acampadas, estruturando os assentamentos e ampliando o acesso ao crédito fundiário. A regularização fundiária, especialmente na região Norte, também é essencial para a segurança jurídica dos produtores rurais e incentivo aos investimentos. Ao mesmo tempo, é crítico acelerar a titulação dos territórios quilombola e a regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a reparação histórica.

Ampliaremos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), garantindo acesso ao ensino técnico e superior às populações do campo. Ampliar a busca pela universalização do acesso à água potável e ampliar os investimentos em saneamento rural ecológico. Ampliaremos o Programa Cisternas em regiões com estresse hídrico, garantindo água para consumo e produção. Será buscada a universalização do acesso à energia elétrica no campo, priorizando fontes



ocupacionais de maior qualidade para nossos jovens. Emprego com proteção previdenciária, direitos trabalhistas, remuneração justa e jornada de trabalho não exaustiva pode ser um sonho de nossa juventude. Persistiremos também criando políticas de fomento ao empreendedorismo entre os jovens e apoiando a juventude rural com crédito e ações específicas para seu perfil.

Aprimorar a política de saúde mental para a juventude é um de nossos compromissos, com foco na Política Nacional de Atenção Psicossocial, na redução de danos e na desconstrução de preconceitos nas comunidades escolares e universitárias. Vamos fortalecer ainda mais a produção cultural das juventudes, reconhecendo e apoiando a produção cultural nas periferias, garantindo acesso livre às comunidades e promovendo a integração entre as diferentes linguagens artísticas e as oportunidades da economia criativa. Queremos participação ainda maior da juventude nos espaços de decisão, para que o Estado se torne ainda mais responsivo às suas demandas.

Desde o início do atual mandato, vimos trabalhando para consolidar o SUAS como política estratégica do desenvolvimento social brasileiro, assegurando seu fortalecimento institucional, a valorização do controle social, o aprimoramento da governança interfederativa e sua sustentabilidade como política permanente de Estado. No próximo mandato, avançaremos ainda mais no fortalecimento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de média e alta complexidade, seja com mais recursos para atendimento às populações, seja por meio da expansão e modernização da rede de atendimento. Buscaremos também consolidar uma agenda nacional de proteção social para povos e comunidades tradicionais e integrar o SUAS à agenda de enfrentamento das mudanças climáticas e dos desastres, para amplificar a capacidade de o Estado proteger famílias atingidas por eventos extremos.

A estratégia dos cuidados é a nova fronteira de um Estado de Bem-estar Social para enfrentar as desigualdades e orientar o desenvolvimento. Os investimentos em cuidados são fundamentais para responder aos desafios do envelhecimento da população, às transformações do mundo do trabalho e às necessidades das famílias. Por isso, o governo Lula instituiu a Política Nacional de Cuidados, que